

**MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS**

**Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais**

**AVALIAÇÃO COLETIVA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**



**MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO SEM SERVIÇOS PÚBLICOS**

**Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais**

**AVALIAÇÃO COLETIVA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

|  |
| --- |
| **A) IDENTIFICAÇÃO GERAL** |
| **Empresa** |
| **Sede:** Cidade/UF |
| **Tipo de estatal:** empresa pública, sociedade de economia mista ou subsidiária.  |
| **Acionista controlador:** xxx (se outra subsidiária, indicar também o nome da holding). |
| **Tipo societário:** sociedade anônima, sociedade limitada ou não definido. |
| **Estrutura de capital:** aberto ou fechado. |
| **Abrangência de atuação:** local/regional/nacional/internacional |
| **Setor de atuação:** financeiro, participações, petróleo, energia, infraestrutura, comunicação, abastecimento, saúde, pesquisa, tecnologia da informação, indústria ou serviços. |
| **Conselheiros(as) de Administração subscritores da Avaliação:** nome.  |
| **Membros do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração subscritores da Avaliação:** nome e cargo. |
| **Data da avaliação:** XX/XX/20XX. |
| **Período avaliado:** 01/01/20XX a 31/12/20XX, por exemplo. |
|  |

|  |
| --- |
| **B) AVALIAÇÃO DE MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO, CONSELHOS E COMITÊS DAS EMPRESAS ESTATAIS – UMA EXIGÊNCIA LEGAL**  |
| A Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 – Lei das Estatais, em seu art. 13, inciso III, exige que o estatuto social das companhias disponham, dentre outros assuntos, sobre a “avaliação de desempenho, individual e coletiva, de periodicidade anual, dos administradores e dos membros de comitês, observados os seguintes quesitos mínimos: a) exposição dos atos de gestão praticados, quanto à licitude e à eficácia da ação administrativa; b) contribuição para o resultado do exercício; c) consecução dos objetivos estabelecidos no plano de negócios e atendimento à estratégia de longo prazo”.O art. 10 da mesma lei (e também o art. 21, inciso III, do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016) determina que a empresa pública e a sociedade de economia mista devem criar comitê de elegibilidade estatutário para verificar a conformidade do processo de avaliação dos administradores e dos conselheiros fiscais, com competência para auxiliar o acionista controlador na indicação desses membros. O Decreto nº 8.945/2016, em seu art. 24, inciso III, determina que o estatuto social das empresas estatais contemple regras mínimas relacionadas à avaliação de desempenho, individual e coletiva, de periodicidade anual, dos membros estatutários.O objetivo da avaliação coletiva é verificar o desempenho do Conselho de Administração como um todo e estabelecer, se necessário, programa de treinamento e desenvolvimento dos conselheiros voltado para o desempenho de suas atribuições. Institui-se, a partir da avaliação, um importante instrumento não só de identificação e correção de desvios, como também de prevenção e direcionamento da futura composição do órgão colegiado, alinhando-a à estratégia mais eficiente e eficaz da empresa. |

|  |
| --- |
| **C) PREMISSAS BÁSICAS DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO** |
| O princípio básico do processo é avaliar a efetividade do órgão na gestão da empresa no que diz respeito às funções e responsabilidades aceitas como suas e pré-definidas nos instrumentos legais, estatuto e regimentos internos. Entretanto, **deve haver segurança suficiente para que as avaliações não sejam objeto de retaliação ou constrangimento entre os agentes de governança**. Nesse sentido, é fundamental que os resultados sejam enviados de forma segura para uma fonte neutra, em que serão processados e da qual retornarão de forma consolidada para discussão e uso pelas instâncias competentes da empresa.O Processo de Avaliação Coletiva recomendado segue as seguintes premissas:I) A avaliação tem o propósito de examinar a atuação do órgão colegiado. É uma oportunidade de reforço da responsabilidade de seus membros e de conscientização sobre o impacto de sua gestão na dinâmica e resultado da empresa. II) O tipo de avaliação aplicada é a interna.III) A avaliação é conduzida pelo **Conselho de Administração**, que pode contar com apoio metodológico e procedimental do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração da empresa.IV) O avaliado é o próprio Conselho de Administração, como um todo;V) A técnica de coleta de dados empregada é o questionário, com perguntas fechadas. As questões foram construídas considerando 5 dimensões: 1. Dinâmica;
2. Pessoas e Cultura;
3. Estrutura e Processos;
4. Estratégia e Negócios; e
5. Riscos Corporativos e Controles Internos.

VI) O presente formulário consiste apenas em modelo com vistas a nortear as avaliações, razão pela qual é facultado à empresa incluir, excluir ou adaptar as questões deste questionário de avaliação, caso entenda pertinente.VII) A avaliação coletiva é subscrita pelos membros Conselho de Administração e pelo Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração da empresa**.** |

A seguir, são apresentados os quesitos que compõem o questionário de avaliação.

|  |
| --- |
| **D) FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO COLETIVA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO** |
| ***DIMENSÃO I - DINÂMICA****1. O Conselho de Administração atuou respeitando os diferentes perfis de formação acadêmica, gênero, etnia, idade, experiência profissional e conhecimentos?**Atende parcialmente**Não se aplica**Não**Sim**2. O Conselho de Administração conta com membros providos de igual autoridade e influência, fatores que potencializam e tornam as análises, debates, orientações e decisões mais efetivos?**Atende parcialmente**Não se aplica**Não**Sim**3. As relações interpessoais do colegiado são pautadas pela confiança, transparência e respeito mútuo, e não influenciadas pela hierarquia e pela participação societária (indicação) a que está vinculado cada um dos membros?**Não* *Atende parcialmente**Não se aplica**Não**Sim**4. As decisões são tomadas em conjunto, em atendimento prioritário às necessidades estratégicas da empresa e das partes interessadas a despeito de opiniões, perspectivas ou interesses pessoais dos membros?**Atende parcialmente**Não se aplica**Não**Sim****DIMENSÃO II - PESSOAS E CULTURA****5. O Conselho de Administração estimula transformações, quando necessário, e promove a cultura da ética, da transparência, de resultados, de escuta e diálogo com as partes interessadas?**Atende parcialmente**Não se aplica**Não**Sim**6. O Conselho de Administração contempla em sua pauta temas como a definição de políticas e o acompanhamento sistemático das práticas de gestão de pessoal (atração, desenvolvimento e retenção de talentos, planejamento de sucessão, avaliação de desempenho, remuneração, clima organizacional etc.)?**Atende parcialmente**Não se aplica**Não**Sim****DIMENSÃO III - ESTRUTURA E PROCESSOS****7. A agenda de reuniões do Conselho de Administração manteve-se condizente com a necessidade de análises, debates e orientações estratégicas dos negócios da empresa?**Atende parcialmente**Não se aplica**Não**Sim**8. As informações/documentos disponibilizados ao Conselho de Administração para preparação sobre os temas a serem debatidos/deliberados são recebidos tempestivamente e com qualidade?**Atende parcialmente**Não**Não se aplica**Sim**9. As reuniões do Conselho de Administração ocorrem de forma a facilitar os debates estratégicos, a dinâmica entre os membros, a criação de ambiente favorável à escuta ativa, a participação respeitosa, a abertura do diálogo, o engajamento e a liberdade de manifestar opiniões e discordâncias sobre os temas em pauta?**Atende Parcialmente**Não se aplica**Não**Sim****DIMENSÃO IV - ESTRATÉGIA E NEGÓCIOS****10. O Conselho de Administração demonstra entender o objetivo da empresa e suas competências, identifica oportunidades e considera a geração de valor para a empresa, os interesses e expectativas das partes interessadas?**Não se aplica**Atende Parcialmente**Não**Sim**11. As ações e decisões do Conselho de Administração refletem de fato os princípios, fundamentos e as melhores práticas de governança corporativa adotados pela empresa?**Não se aplica**Atende Parcialmente**Não**Sim**12. O Conselho de Administração monitora e apoia a execução do planejamento estratégico por meio de metas e indicadores de desempenho financeiro e não financeiro?**Não se aplica**Atende Parcialmente**Não**Sim**13. O Conselho de Administração elege as iniciativas prioritárias, relacionadas à estratégia de negócios da empresa, e direciona estrategicamente a Diretoria Executiva?**Não se aplica**Atende Parcialmente**Não**Sim**14. O Conselho de Administração mantém-se aberto, entende e estabelece objetivos para a inovação, considerando o propósito, estratégia e negócios da empresa?**Não se aplica**Atende Parcialmente**Não**Sim****DIMENSÃO V - RISCOS CORPORATIVOS E CONTROLES INTERNOS****15. O Conselho de Administração atua como guardião das práticas de gestão de riscos e de controles internos?**Atende parcialmente**Não se aplica**Não**Sim**16. O processo de gestão de riscos da empresa contempla, inclusive, riscos emergentes, gestão de crises e continuidade do negócio, e sistema de gestão de segurança da informação (SGSI)?**Atende parcialmente**Não se aplica**Não**Sim**17. O Conselho de Administração supervisiona a maturidade das práticas* de *conformidade* *e leva em consideração todos os seus componentes: riscos, desenho de políticas e procedimentos, treinamento e supervisão do canal de denúncias?* *Atende parcialmente**Não se aplica**Não**Sim**18. O Conselho de Administração assegura que o Comitê de Auditoria Estatutário atue com competência na análise das demonstrações financeiras, no monitoramento dos controles internos e na avaliação dos trabalhos dos auditores independentes e da auditoria interna?**Atende parcialmente**Não se aplica**Não**Sim**19. O Conselho de Administração acompanha e discute regularmente com a Diretoria Executiva a gestão dos riscos corporativos e a exposição a riscos que poderiam impactar os resultados e a longevidade da organização ou reduzir valor para os acionistas?**Atende parcialmente**Não se aplica**Não**Sim**20. Os procedimentos estabelecidos na política de transações com partes relacionadas se mostram suficientes para assegurar que as transações ocorridas no período são realizadas sempre no interesse da empresa?**Atende parcialmente**Não se aplica**Não**Sim* |

|  |
| --- |
| **BIBLIOGRAFIA** |
| BRASIL. Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016. Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. **Diário Oficial da União,** Brasília, DF, 1 jul. 2016.\_\_\_\_\_\_. Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016. Regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. **Diário Oficial da União,** Brasília, DF, 4 jan. 2017.INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Guia de orientação para planejamento de sucessão, avaliação e remuneração de conselho de administração e diretor-presidente**. São Paulo: IBGC, 2011. 68 p. Disponível em: https://conhecimento.ibgc.org.br/Paginas/Publicacao.aspx?PubId=22125. Acesso em: 28 dez. 2022.\_\_\_\_\_\_. **Avaliação de conselhos:** recomendações práticas. São Paulo: IBGC, 2020. 55 p. Disponível em: https://conhecimento.ibgc.org.br/Paginas/Publicacao.aspx?PubId=24358. Acesso em: 15 dez. 2022.OECD. **Diretrizes da OCDE sobre governança corporativa de empresas estatais:** edição 2015. Paris: OECD Publishing, 2018. https://doi.org/10.1787/9789264181106-pt. Acesso em: 26 dez. 2022. |